



ACÓRDÃO Nº510/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1665/2014.

Apensos: Processo nº 1690/2014 e 1006/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Luis Felipe Avelino Medina e Maiara Cristina Moral da Silva - 7738

4- Órgão: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

5- Exercício: 2013

6- Responsável: Darcy Humberto Michiles (Ordenador de Despesa), Pauderney Tomaz Avelino, Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno e Secretaria Municipal de Educação - Semed

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 212/2017-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta do Município de Manaus. Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Exercício de 2013.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Notificação. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-destaque da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, de responsabilidade do Sr. **Darcy Humberto Michiles**, ordenador de despesas no período de 16-12 à 31-12-2013, com fundamento no art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, face à permanência da impropriedade descrita no **item 14.2** da Informação Conclusiva;

9.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, de responsabilidade do Sr. **Pauderney Tomaz Avelino**, ordenador de despesas no período de 01-01 à 15-12-2013, com fundamento no art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no **item 14.1** deste voto, nos respectivos subitens ali citados;



ACÓRDÃO Nº510/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3. Recomendar à Secretaria Municipal de Educação - Semed que envide esforços para:

- (1) efetuar a juntada, na íntegra, da documentação comprobatória das escolas que solicitam e recebem os produtos adquiridos, com vistas à devida evidenciação das quantidades e do valor a ser liquidado, em atendimento ao Princípio da Economicidade;
- (2) disponibilizar aos licitantes modelos de planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários das aquisições e serviços contratados;
- (3) realizar a adequada cotação de preços prévia nos processos licitatórios para levantamento dos preços de referência da Administração;
- (4) realizar concurso público a fim de sanear a carência de Pessoal na área administrativa;
- (5) detalhar ao máximo os projetos básicos em especial quando se tratar de adesão à ARP;
- (6) proceder a formulação e execução de planejamento estratégico, com delegação de funções, manualização de rotinas, fixação de indicadores de desempenho para as metas de curto, médio e longo prazos, abrangendo resultados quantitativos e qualitativos para cumprimento da LRF;
- (7) rever os procedimentos com vistas à eficiente disponibilização de transporte dos alunos e servidores participantes dos programas, projetos e eventos da secretaria;
- (8) tomar providências quanto à correta execução do ano letivo, reduzindo o calendário especial, a fim de sanear a carência de resultados educacionais qualitativos dos alunos;
- (9) executar controles contábeis e orçamentários dos programas, projetos e eventos;
- (10) implantar políticas públicas educacionais dirigidas às comunidades indígenas do município de Manaus;
- (11) contratar serviços de internet a fim de obter melhor suporte às demandas de informática das escolas;
- (12) fortalecer o controle de combustíveis em todos os níveis de administração da SEMED, em especial os horários de abastecimento;
- (13) realizar levantamento dos servidores cedidos a outros órgãos e constatar a necessidade de mantê-los posicionados;
- (14) proceder com maior zelo a juntada e paginação dos processos administrativos, adotando medidas de apensamento com o propósito de manter a ordem cronológica dos atos e evitar a alteração de folhas;
- (15) realizar a aquisição de livros de ciências, kits de quebra-cabeças, jogos, microscópios, armários de laboratórios e análogos com base em planejamento idôneo em relação às quantidades, armazenamento e distribuição nas escolas;
- (16) realizar a efetiva distribuição aos alunos dos materiais objeto dos



ACÓRDÃO Nº510/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- Contratos n. 108/2012 e 21/2013, armazenados no exercício de 2015;
- (17) proceder a abertura de processo administrativo disciplinar a fim de averiguar o responsável pela grave ausência de providências referentes aos memorandos 01, 57, 84, 91 e 112/2013, oriundos da Divisão de Educação Infantil;
- (18) realizar a aquisição de livros didáticos com base no planejamento idôneo das quantidades, armazenamento e distribuição nas escolas;
- (19) realizar a efetiva distribuição aos alunos dos materiais objeto do Contrato n. 011/2013, armazenados no exercício de 2015;
- (20) disponibilizar aos licitantes modelos de planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários das aquisições e serviços contratados;
- (21) realizar a adequada cotação de preços prévia nos processos licitatórios para levantamento dos preços de referência da Administração;
- (22) realizar concurso público a fim de sanear a carência de Pessoal na área administrativa;
- (23) detalhar ao máximo os projetos básicos em especial quando se tratar de adesão à ARP;
- (24) proceder à formulação e execução de planejamento estratégico, com delegação de funções, manualização de rotinas, fixação de indicadores de desempenho para as metas de curto, médio e longo prazos, abrangendo resultados quantitativos e qualitativos para cumprimento da LRF;
- (25) rever os procedimentos com vistas à eficiente disponibilização de transporte dos alunos e servidores participantes dos programas, projetos e eventos da secretaria;
- (26) tomar providências quanto à correta execução do ano letivo, reduzindo o calendário especial, a fim de sanear a carência de resultados educacionais qualitativos dos alunos;
- (27) executar controles contábeis e orçamentários dos programas, projetos e eventos;
- (28) implantar políticas públicas educacionais dirigidas às comunidades indígenas do município de Manaus;
- (29) fortalecer o controle de combustíveis em todos os níveis de administração da SEMED, em especial quanto aos horários de abastecimento;
- (30) realizar a efetiva distribuição aos alunos dos materiais objeto dos Contratos n. 108/2012 e 21/2013, armazenados no exercício de 2015;
- (31) proceder a abertura de processo administrativo disciplinar a fim de averiguar o responsável pela grave ausência de providências referentes aos memorandos 01, 57, 84, 91 e 112/2013, oriundos da Divisão de Educação Infantil;
- (32) realizar a aquisição de livros didáticos com base no planejamento idôneo das quantidades, armazenamento e distribuição nas escolas;



ACÓRDÃO Nº510/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

(33) - realizar a efetiva distribuição aos alunos dos materiais objeto do Contrato n. 011/2013, armazenados no exercício de 2015.

9.4. Notificar o Sr. Pauderney Tomaz Avelino e o Sr. Darcy Humberto Michiles, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão, para que tenham ciência do decisório e para que, querendo, apresentem o devido recurso;

9.5. Determinar ao Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que ARQUIVE o Processo nº 1006/2014, apenso, o qual já se encontra julgado por esta Corte, consoante razões expostas na Decisão nº 282/2014;

O Relator foi vencido quanto à proposição de aplicação de multa, tendo o Colegiado adotado o voto-destaque da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos que acompanhou o Relator pelo julgamento da Prestação de Contas de ambos os responsáveis Regulares com Ressalvas, com as devidas Recomendações à origem, mas excluindo a aplicação de multa proposta.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Redatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral